



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 57/ 2023 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 02 (duas) vagas no curso **"Transferegov.br Completo – Sigpar"**, na modalidade online/ao vivo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 02 (duas) vagas no curso "Transferegov.br Completo – Sigpar" , na modalidade online/ao vivo.
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO	

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação das servidoras está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do curso **"Transferegov.br Completo – Sigpar"**, visa atender as necessidades da Coordenação de Orçamento e Finanças.

2.4. Sobre o assunto, informo que o evento ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP) no momento (6282635), com a temática requerida.

2.5. Por intermédio do e-mail (6282649), a chefia confirma a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (6282667).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	"Transferegov.br Completo – Sigpar"
Período previsto	26/06/2023 a 30/06/2023
Horários	8:30 às 12:30 e de 13:30 às 17:30h
Carga Horária	40 horas
Objetivo	<p>Possibilitar aos participantes do curso atuarem na gestão convênios federais por meio do transferegov.br módulo de transferências voluntárias - antiga Plataforma +Brasil / SICONV, viabilizando a compreensão do funcionamento do sistema e sua correta utilização. Demonstrar, também passo a passo todo o processo de captação, formalização, execução e prestação de contas, abordando os principais módulos do transferegov.br com ênfase na execução de convênios. Incluindo as novas funcionalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro 2.0 do transferegov.br (Novo) 2. Cadastro de Obras – Interface com o CIPI (Novo) 3. Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF (Novo) 4. Integração de Sistemas de Compras ao transferegov.br (Novo) 5. Adesão ao compras governamentais – Compras net (Novo) 6. Módulo de Verificação do Resultado do Processo Licitatório – VRPL (Novo) 7. Autorização de Início de Obras – AIO (Novo) 8. Módulo Empresas (Novo) 9. Módulo de Medição por Planilha de Levantamento de Eventos – PLE (Novo) 10. Relatório de Acompanhamento – Itens de Despesas (PAD) (Novo) 11. Análise de prestação de contas automatizada (Novo) 12. Modelo Preditivo (Novo) 13. Novidades do Decreto nº 11.271/2022, que altera Plataforma +Brasil para Transferegov.br (Novo) 14. Sistema de Gestão de Parcerias da União – Sigpar (Novo)
Público Alvo	Operadores do transferegov.br do módulo transferências voluntárias – Plataforma+Brasil / Siconv que já atuam ou não atuam no Sistema, gestores e servidores públicos, auditores e controladores internos e externos, procuradores, advogados, administradores, contadores, prefeitos, vereadores e consultores, servidores públicos das áreas de Contratos, de Projetos, Financeiras e Jurídicas, Membros de comissão de licitação, pregoeiros e equipes de apoio, Funcionários do Sistema "S", Oscips, OSCs, ONGs, OSs, universidades, fundações, institutos, agências, autarquias e empresas estatais que utilizam recursos públicos, profissionais e especialistas voltados para a prática técnico-financeira dos recursos públicos, secretários, assessores, diretores, coordenadores e assistentes do Poder Executivo Federal, servidores e funcionários das Instituições Federais de Ensino de Pesquisa, Científica e Tecnológica.
Conteúdo	Curso Transferegov.br Completo – Sigpar Completo online e em tempo real – Incluído o novo decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022

e o módulo de transferências voluntárias – antiga Plataforma +Brasil – Siconv

1 – O módulo transferências voluntárias – Transferegov.br Completo – Sigpar

Apresentação do transferegov.br

Gênese e evoluções do transferegov.br

Conceitos

Visão gerencial Fluxograma sistêmico

Aplicativos da Plataforma +Brasil

Painéis da Plataforma +Brasil

Noções de módulos, funcionalidades, abas e sub abas sistêmicas

Legislação aplicada à matéria

Alterações normativas, incluindo as Emendas Constitucionais 86, 100 e 105, os Decretos 11.271/2022, 10.024/19 e 10.315/20, as Portarias 558/2019 e 134/2020 e a novíssima IN 33/2020

Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF (Novo)

2 – Cadastramento institucional no transferegov.br

Base legal

Cadastramento de entes públicos

Cadastramento de entidades privadas sem fins lucrativos

Gerenciamento do cadastramento

Estudo de perfis

Inclusão, exclusão e alterações de usuários

3 – Programas de Governo

Base legal

O que realmente interesse no Plano plurianual

O que realmente interessa na Lei de Diretrizes orçamentárias

O que realmente interessa na Lei Orçamentária Anual

Decodificando a funcional programática

A importância do cadastro de ação

Planejamento público

Distinções entre programa / ação e emendas parlamentares

Tipos de emendas

Dicas de captação

Aprendendo a ler de um programa de convênio

Inclusão de programa de convênio

4 – Cadastro de projetos

Base legal

Estrutura analítica de projetos segundo o transferegov.br

Partícipes

Conceito e elementos da proposta

Inclusão de uma proposta

Documentos necessários à apresentação de uma proposta

Conceito e elementos do plano de trabalho

Inclusão de Plano de Trabalho

Cronograma Físico: metas e etapas

Quantidade de parcelas constantes do cronograma de desembolso segundo a norma

Plano de Aplicação detalhado

Documentos necessários à apresentação de um plano de trabalho

Envio para análise

5 – Termos de referência e projeto básico

Base legal

Conceito e aplicabilidade de termos de referência

Conceito e aplicabilidade de projeto básico

Questões relacionadas a cláusula suspensiva ou condicionante

Momentos de apresentação de termos de referência e projeto básico

Projeto básico na prática

Elementos mínimos a serem apresentados em todos os projetos básicos

Pré-Requisitos para inserção de um projeto básico

Descrição do apelido do empreendimento

Anexos – Obrigatórios e Facultativos;

Indicação dos responsáveis do Projeto;

QCI – Quadro de Custos e Investimentos;

Planos Orçamentário e Cronogramas;

Dados gerais dos planos orçamentários e cronogramas;

Frentes de obras;

Planilha orçamentária;

Planilha de levantamento orçamentário;

Cronograma Físico Financeiro;

Anexos e Documentos complementares;

Envio para Análise

6 – Condicionantes para a formalização

Base legal

O sistema auxiliar de transferências voluntárias

A lei de responsabilidade fiscal

O caso das emendas parlamentares

Inclusão de documentos

7 – Envio de Proposta e Acompanhamento da Análise

Base legal

Perfis necessários para envio

Envio da Proposta

Consultando propostas

Diferentes status de uma proposta

Perfis necessários para análise

Análise técnica da proposta: tipologias

Emissão de parecer

Análises técnicas do plano de trabalho: tipologias

Emissão de pareceres técnicos

Análise do Projeto Básico

LAE – Laudo de Análise de Engenharia

8 – Geração de pré-convênio

Visão geral do procedimento de celebração

Fluxos, prazos e considerações gerais

Abertura de processo administrativo: sistema eletrônico de informações

Criação de unidade gestora de transferência voluntária

Empenho

Abertura de conta bancária

Assinatura: registro e desdobramentos

Concessão de prerrogativa de OBTV para o conveniente na assinatura do instrumento

Publicação de extrato

Designação e vinculação de fiscais

9 – Condicionantes para execução de convênios

Os 8 requisitos para recebimento de repasses

Regularização da conta específica

Designação dos ordenadores de despesa

Vinculação dos ordenadores de despesa

Processos de execução

Base legal dos processos de execução

Distinções entre processos de execução de entes públicos e de entidades privadas sem fins lucrativos

Integração de Sistemas de Compras à Plataforma + Brasil (Novo)

Adesão ao compras governamentais – Compras net (Novo)

Inclusão de processo de execução na modalidade Pregão eletrônico ou Tomada de Preços

Elementos mínimos que devem constar dos processos de execução

Envio do processo de execução para aceite

Análise e aceite do processo de execução

Relatório de Aceite de Licitação

Consequências da rejeição do processo de execução

Módulo de Verificação do Resultado do Processo Licitatório – VRPL (Novo)

Liquidação de empenhos – Documentos hábeis

Inclusão de Repasses federais

Depósito de contrapartida: fundamentos

Classificação da contrapartida

Aplicação em poupança

10 – Contratos administrativos e correlatos

Base legal

Contrato administrativo e correlatos

Elementos mínimos que devem constar dos contratos administrativos

Inclusão de contrato administrativo

Autorização de Início de Obras – AIO (Novo)

Termos aditivos à contratos administrativos: casos e situações

11. Liquidação de despesas do convênio

Base legal

O que documento de liquidação?
Tipos de documentos de liquidação
Requisitos para liquidar uma despesa
Elementos que devem constar dos documentos de liquidação
Cadastro de credor
Módulo Empresas (Novo)
Módulo de Medição por Planilha de Levantamento de Eventos – PLE (Novo)
Inclusão de documento de liquidação com retenção tributária
Edição de documento de liquidação: situações e casos
Documentos a serem anexados aos documentos de liquidação como forma de comprovar a despesa

12.Movimentações Financeiras

Base legal
Conceito de OBTV
Tipos de OBTV
Situações
Inclusão de movimentação financeira de pagamento a fornecedores
Documentos a serem anexados em pagamentos a fornecedores
Inclusão de movimentação financeira de transferência de tributos
Documentos a serem anexados em transferência de tributos
Outros tipos de OBTV
Autorizações do gestor financeiro e do ordenador de despesas

13. OBTV para o conveniente

Base legal
Conceito de OBTV para o conveniente
Concessão de OBTV para o conveniente durante a execução
Limites de OBTV para o conveniente
Comprovação da OBTV para o conveniente

14. Tópicos avançados

Depósitos indevidos
Devolução de pagamentos durante a execução
Devolução de recursos durante a execução
Cancelamentos de pagamentos
Devolução de pagamentos com tributos já retidos
Apurações especiais
Realização de Eventos/Retificações

15. Acompanhamento e fiscalização

Fluxograma operacional
Tipos de fiscalização: vistoria in loco e à distância
Relatório de acompanhamento de convênio
Relatório de Acompanhamento – Itens de Despesas (PAD) (Novo)
Check lists de acompanhamento de convênio
Relatório fotográfico

Inclusão de solicitações de esclarecimentos

Respostas a esclarecimentos

Avaliação dos esclarecimentos

Inclusão de notificação de irregularidades

Respostas a irregularidades

Avaliação das respostas às notificações de irregularidade

Solicitação e análise de bloqueio e desbloqueio da execução financeira

Notificação prévia a inclusão no cadastro de inadimplentes

Consulta ao histórico das mensagens de acompanhamento

16. Alterações unilaterais em convênios

Prorrogações de ofício: Base legal, conceito, prerrogativa e inclusão.

Apostilamento: Base legal, conceito, situações, prerrogativa e inclusão.

17. Alterações bilaterais em convênios

Ajuste do plano de trabalho: Base legal, conceito, fluxograma, solicitação, análise, inclusão do ajuste e autorização.

Termos aditivos a convênios: Base legal, conceito, tipos de aditivos, fluxograma, solicitação, análise, inclusão do ajuste e autorização.

Rendimentos de aplicação financeira: Base legal, conceito, limites normativos, fluxograma, solicitação, análise, inclusão do ajuste e autorização

18. Relatórios de execução

Fluxograma de relatórios de execução

Tipos de relatórios de execução

Relatórios gerados automaticamente

Geração e envio de relatórios de execução

Análise e tomada de decisão acerca de relatórios de execução

19. Prestação de contas

Base legal

Conceitos e aspectos gerais

Análise de prestação de contas automatizada (Novo)

Modelo Preditivo (Novo)

Análise da efetividade das políticas estabelecidas no âmbito do instrumento

Relatório de cumprimento de objeto

Alcance dos objetivos

Relatórios

Devolução de saldo remanescente por OBTV

Termo de compromisso

Arquivos gerais a serem anexado

Análise da conta específica do convênio e compatibilização com a relação de pagamentos

Envio da prestação de contas pelo conveniente

Análise da prestação de contas pelo concedente

Diligências na prestação de contas

Aprovação e rejeição prestação de contas

Conclusão da prestação de contas

Integração com o SIAFI para efeito de lançamentos contábeis

	20. Tomada de contas especial Base legal incluindo a nova Instrução Normativa 85/2020 Processo de instaurar TCE Cadastrador de TCE Atualização do débito Responsável pela Irregularidade Titular do ente ou entidade Registro a decisão Autorização para instauração da TCE Extrato da TCE Comissão de Sindicância e-TCE.
Instrucional	Instrutor proativo online ao vivo.
Ambiente	Transmissões ao vivo para melhor assimilação do conteúdo programático em ambiente virtual, 100% ao vivo, de forma interativa.
Acesso ao Conteúdo	Conteúdo disponibilizado em PDF, acesso à transmissão online e ao vivo em plataforma com total qualidade de imagem e áudio, material de apoio com anexos e documentações importantes, certificado digital para os alunos com no mínimo 75% de presença na sala de aula virtual e interação com o professor em tempo real e outros profissionais interessados pelo mesmo assunto e pós curso de 1 ano.
Metodologia	A aula será expositiva com utilização de apostilas impressas, digitais e da internet com estudos de casos concretos e apresentação de modelos de documentos de trabalho. O evento acontecerá presencialmente com transmissão online e 100% ao vivo, o que possibilita a interação entre o professor e os participantes em sala de aula e em plataforma de treinamento virtual, de forma totalmente segura sem você precisar sair do home office ou do seu local de trabalho. A didática e metodologia foram adaptadas a realidade presencial e virtual e o material instrucional eletrônico disponibilizado para download na sala de aula virtual. Metodologia que possibilita a total interação simultânea entre o professor e os alunos.

3.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4. PÚBLICO ALVO

4.1. O treinamento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Jovellanos Alves Pereira da Costa	***163.591-**	COFIN
Vânia de Souza Ferreira	***652.951-**	

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as informações dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

5.1. Os certificados de participação serão entregues aos participantes do curso pela empresa Contratada com o aproveitamento mínimo de aprovação de 75% de acordo com a participação nas aulas.

5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados aos participantes;

5.3. Caberá ao Núcleo de Contratos (NUCONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida..

6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados serão averiguados mediante:

6.1.1. Análise das fichas de avaliação a serem preenchidas pelos participantes; e

6.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

7.1. O curso será realizado pela empresa Inove Treinamentos Ltda ME, com valor individual do curso para cada participante de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais) conforme proposta anexa (6282678).

7.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

7.2.1. Pela empresa especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas; vem atuando em diversas capitais, promovendo cursos abertos e fechados (in company), treinamentos, ministrados por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.

7.2.2. Com um profundo conhecimento do mercado, somado à capacitação multidisciplinar; visando atender com excelência e qualidade às expectativas de seus clientes. E são reconhecidos por sua atuação ética, transparente e íntegra.

7.2.3. Também com excelentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer: elevado padrão de qualidade; profissionalismo orientado pela ética; comprometimento com os resultados do cliente; confiança nas relações de trabalho; inovação e abertura para mudanças.

7.2.4. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;

7.2.5. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do curso possui grande conformidade com as demandas de trabalho da área solicitante da respectiva capacitação;

7.2.6. Em razão do alto gabarito do instrutor que irá ministrar o Curso (6282678):

Instrutor: Murillo de Miranda Basto Neto - Foi Diretor do Metrô de Brasília e Analista do Ministério da Integração Nacional. Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Recursos Humanos. Consultor e Professor palestrante em Eventos do Banco Mundial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração Fazendária e da Associação Brasileira de Orçamento Público. Co-fundador da Ordem dos

Pregoeiros do Brasil. Foi Gerente Geral de Administração e Finanças do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e Coordenador Geral de Convênios do Ministério do Turismo. Capacitou mais de 7.000 servidores federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no SICONV. Autor dos livros: Convênios: uma nova abordagem - Editora Negócios Públicos - 2007; Legislação Aplicada a Convênios Federais - Editora Schoba - 2012; Jurisprudência do Tribunal de Contas Aplicada à Convênios Federais - Editora Urbana - 2013; e Curso prático sobre o sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - Captação e Elaboração de Projetos - Ed. Urbana - 2013. Atuou em conjunto com o MPOG e o SERPRO na implantação e lapidação do Portal de Convênios do Governo Federal.

7.3. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação de Orçamento e Finanças
Jovellanos Alves Pereira da Costa	Assessor	I - orientar, controlar a execução e avaliar as atividades afetas a sua área de atuação no Centro Coordenação Geral e nos Centros Regionais, incluindo: a) administração de suprimentos e patrimônio; b) administração dos recursos orçamentários e financeiros, incluindo a conformidade documental; c) gestão predial; d) administração do serviço de transporte de servidores e cargas e da guarda e manutenção dos oficiais; e e) protocolo e acervo documental e bibliográfico; II - supervisionar, dirigir e controlar a operação dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; e III - orientar, controlar a execução e avaliar as atividades de contratação e fiscalização na aquisição de bens e serviços.
Vânia de Souza Ferreira	Coordenadora	

7.4. Determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 74, inciso III, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.5. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 74, inc. III, da nova Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 74 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

7.6. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 74, inciso III, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.7. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.8. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.9. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.10. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 74, III, da Lei nº 14.133, de 2021:

7.10.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 74 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.10.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.10.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.11. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas.

7.12. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a gradação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

7.13. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, com valor individual do curso para cada participante de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais) conforme proposta anexa (6282678), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

7.14. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Notas Fiscais emitidas em favor da contratada (6282678).

7.15. Para sustentação da notoriedade e exclusividade da empresa, foi encaminhado os atestados de capacidade técnica, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (6282678).

7.16. Relevante registrar que o art.23, inciso IV, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

7.17. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (6282635), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

8. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco Itaú: 341

Agência: 1388

Conta Corrente: 68711-1

9. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social	Inove Treinamentos Ltda ME
CNPJ	24.091.611/0001-50
Endereço	Setor de Autarquias Sul 4 Bloco A Sala 916 nº 30 Edifício Victoria Office Tower- Asa Sul - Brasília – DF – CEP 70.070-938 – Brasília – DF

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;

10.2. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do curso;

10.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

10.4. Fornecer os certificados aos participantes que cumprir acima 75% de presença nas aulas e atividades;

10.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;

10.6. Realizar os treinamentos com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;

10.7. Comunicar com 5 (cinco) dias úteis do início do curso, o cancelamento ou adiamento dos mesmos; e

10.8. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Responsabiliza-se pela inscrição da participante;

11.2. Exercer a fiscalização do serviço;

11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

11.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e

11.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Ademais conforme e-mail (6282628) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:

a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia- CENSIPAM;
- c. Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633;
- f. Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento; e
- g. Código do PTA/2023: 004/23 - Capacitação

13. PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 13.4.1. o prazo de validade;
 - 13.4.2. a data da emissão;
 - 13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 13.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 13.4.5. o valor a pagar; e
 - 13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017, quando couber.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2001, a CONTRATADA que:
- 14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 14.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.2.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 14.5.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

- 14.5.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.
- 14.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 14.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.11.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 15.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 15.1.1. Proposta (6282678);
- 15.1.2. Atestados de Capacidade Técnica (6282678);
- 15.1.3. E-mail com a indicação dos servidores (6282649);
- 15.1.4. Declaração de que não emprega menores (6282678);
- 15.1.5. Termo de Compromisso Individual (6282636 e 6282639);
- 15.1.6. Contrato Social e RG (6282678);
- 15.1.7. Notas Fiscais emitidas por outras instituições em favor da empresa (6282678).
- 15.2. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso III, alínea f, do artigo 74, a saber:

Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III. contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

15.3. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a empresa Inove Treinamentos Ltda ME, encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002 (6282678).

15.4. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Integrante Técnico (6282633)

THIAGO DA SILVA CARNEIRO
Integrante Administrativo (6282633)

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

ADRIANA FERREIRA GONÇALVES
Coordenadora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 17/05/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 17/05/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Ferreira Gonçalves, Coordenador(a)**, em 17/05/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 14/06/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 14/06/2023, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6282657** e o código CRC **B45AD11B**.